

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO DE DIREITOS E TRABALHO EM REDE
ESPECIALIZAÇÃO UNIEDU/FUMDES

SANDRA MARA VIEIRA DE JESUS GABIATTI

***BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR: REALIDADE E**
POSSIBILIDADES NO ENSINO MÉDIO

Chapecó - 2018.

BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: realidade e possibilidades no Ensino Médio

Sandra Mara Vieira de Jesus Gabiatti¹

Dra. Deborah Cristina Amorim²

RESUMO

O presente artigo de conclusão de curso tem como objetivo contribuir para uma reflexão acerca do *Bullying* como violência, visto que sua prática tem se tornado cada vez mais comum na sociedade, principalmente no ambiente escolar. Para tanto, discorre sobre as definições de *bullying*, direitos humanos e violência na escola. Como forma de buscar subsídios para a formulação de uma proposta de intervenção que possa abranger a temática e possibilitar o enfrentamento de situações que ferem e vitimizam adolescentes e jovens, estudantes do Ensino Médio Noturno. A proposta prevê um trabalho em rede com o estabelecimento de parcerias para sensibilizar, combater e para minimizar os danos causados por essa prática.

Palavras-Chave: *Bullying*. Violência. Direitos Humanos. Ensino Médio.

SUMMARY

This article aims to contribute to a reflection about Bullying as violence, since its practice has become increasingly common in society, especially in the school environment. To do so, it discusses the definitions of bullying, human rights and violence in the school. As a way of seeking subsidies for the formulation of a proposal of intervention that can cover the theme and enable the confrontation of situations that hurt and victimize adolescents and young people, students of High School Night. The proposal foresees networking with the establishment of partnerships to raise awareness, combat and minimize the damage caused by this practice.

Keywords: Bullying. Violence. Human rights. High school.

RESUMEN

El presente artículo de conclusión de curso tiene como objetivo contribuir a una reflexión acerca del Bullying como violencia, ya que su práctica se ha vuelto cada vez más común en la sociedad, principalmente en el ambiente escolar. Para ello, discurre sobre las definiciones de bullying, derechos humanos y violencia en la escuela. Como forma de buscar subsidios para la formulación de una propuesta de intervención que pueda abarcar la temática y posibilitar el enfrentamiento de situaciones que hieren y victimizan a adolescentes y jóvenes, estudiantes de la Enseñanza Media Nocturna. La propuesta prevé un trabajo en red con el establecimiento de asociaciones para sensibilizar, combatir y para minimizar los daños causados por esta práctica.

¹ Pedagoga, Acadêmica do Curso Direcionado de Especialização em Educação, Proteção de Direitos e Trabalho em rede. Email: sandragabiatti@yahoo.com.br

² Professora Orientadora da Unochapecó.

Palabras clave: Bullying. Violencia. Derechos humanos. Enseñanza Media.

INTRODUÇÃO

Durante a trajetória do Curso de Especialização em Educação Proteção de Direitos e Trabalho em Rede, Projeto financiado pelo FUNDES/UNIEDU em parceria com a Unochapecó, temas emergentes foram abordados para enfatizar a importância do trabalho em rede, tais como: políticas públicas na assistência social, na saúde, na educação, na previdência social, diversidades e intervenções com as famílias, escola como espaço de proteção, violências e vulnerabilidades, entre outros. Esses temas relacionados especialmente a linha de pesquisa: ética, direitos humanos, violência: crianças e adolescentes.

A percepção da escola como um ambiente de convivência da diversidade nos leva a observar as diferentes relações, manifestações e representações sociais que permeiam esse espaço. Os diálogos e estudos que fundamentaram as disciplinas no decorrer do curso de Especialização, evidenciam que novas práticas educacionais precisam ser elaboradas para que nosso aluno possa ser agente de defesa de si e do outro. Para tal, é importante que os professores estejam preparados para compreender sua realidade social e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

Nas diferentes interações que ocorrem no ambiente escolar, é possível perceber as dificuldades enfrentadas por adolescentes e jovens na convivência com as diferenças e diversidades.

Este artigo relaciona o lócus da Educação Básica, mais especificamente o Ensino Médio Noturno de uma Escola de Educação Básica, onde se observa grande número de ocorrências pedagógicas³ em decorrência de manifestações de *bullying*.

O objetivo geral foi refletir sobre estratégias educativas que possam colaborar para a redução da prática de *bullying* no ambiente escolar. Especificamente pretendeu-se: aprofundar teoricamente o tema, por meio de publicações e artigos com enfoque educativo; Identificar quais ações e metodologias poderiam ser empregadas pela comunidade escolar para discutir questões relativas à violência e ao *bullying*; proposta de intervenção para ser aplicada em uma escola de Ensino Médio noturno de forma a contribuir por meio de estratégias de prevenção e reflexão de uma cultura de paz e respeito na escola;

³ Denomina neste caso, o recorrente encaminhamento de alunos para os serviços de Orientação Educacional em virtude de comportamentos inadequados ao incoerentes a convivência social em espaço escolar.

Metodologicamente realizou-se uma breve revisão bibliográfica, referenciada em diferentes documentos oficiais (LDB, (1996); DCNGEB (2013); SANTA CATARINA, (2011); PCSC (2014);) e autores como: Bonamigo (2008), Mendonça (2015), entre outros. Essa revisão procura contextualizar teoricamente o foco da pesquisa, o ensino médio, as representações da violência e o *bullying*. Discorre-se sobre a relevância de uma atuação articulada das diferentes políticas públicas para geração de um processo mais equânime socialmente.

Para Strider (2013) “a pesquisa implica em um processo de aprendizagem que por sua vez, implica a interpretação da realidade, lendo a sua construção, desconstrução e reconstrução”. Nesse entendimento de processo, posteriormente, apresenta-se brevemente o lócus motivador da pesquisa, relatando a proposta de intervenção para a realidade. Na sequência, relaciona-se as considerações finais.

VIOLÊNCIA E *BULLYING*: O PAPEL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS ARTICULAÇÕES NA COMPREENSÃO DA TEMÁTICA

Para pensar, a questão da violência e do *bullying*, é importante levarmos em conta, que a escola é, ou deveria ser, um espaço no qual os sujeitos envolvidos no processo educativo, possam usufruir de forma integral e igualitária de recursos, estratégias, interações que favoreçam o seu direito ao desenvolvimento e aprendizagem. Mediante esse, encaminhamento, considera-se importante discorrer sobre a própria caracterização dos direitos humanos.

Direitos Humanos são aqueles que o indivíduo possui simplesmente por ser uma pessoa, por sua importância de existir, tais como: o direito à vida, à família, à alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio, entre outros. São direitos fundamentais, reconhecidos no âmbito internacional, garantidos pelo sistema social do qual o indivíduo faz parte. Todavia, para os Direitos Humanos atingirem patamar de norma, foi necessário um processo histórico, político e social, onde inúmeras lutas se travaram com o objetivo de retirar o homem da violência e da opressão. (BRASIL, 2013).

A Educação em Direitos Humanos fundamenta-se na formação ética, crítica e política do indivíduo. A formação ética se atém a princípios subjetivos: dignidade da pessoa, liberdade, justiça, paz, igualdade e reciprocidade entre as nações. Todos esses são tidos como

valores humanizadores. A formação crítica implica no desenvolvimento de juízo de valores diante dos cenários cultural, político, econômico e social. Por fim, a formação política trabalha num ponto de vista transformador, promove o empoderamento, compreendido como a emancipação dos indivíduos para que eles próprios tenham capacidade para defender os interesses da coletividade (BRASIL, 2013).

Refletir sobre a relação entre Educação e Direitos Humanos implica considerar que a escola deve se constituir como um local onde os indivíduos possam adquirir consciência de si como sujeitos de direitos, bem como possam tê-los assegurados. Para isso, ela precisa ter como parte de suas ações pedagógicas iniciativas que promovam o enfrentamento da violação de direitos humanos e permitam a vivência irrestrita desses direitos (MENDONÇA, 2015).

A violência e conseqüentemente o *bullying*, são assim entendidos como violação dos direitos humanos. Para Bonamigo (2008) a compreensão da violência está vinculada à contemporaneidade, em suas diversas motivações e espaços, nesse sentido deve abranger a diversidade e a multiplicidade que o compõe. Ao estudar etimologicamente a categoria da palavra violência, a autora explicita a complexidade e pluralidade. Assim, as modificações na percepção e sensibilidade possibilitam abranger novos tipos de violências que antes não eram considerados, como: discriminação de qualquer espécie, e inclusive as situações de constrangimento, exclusão ou humilhação.

A autora analisa cinco tipos básicos de manifestações das violências, com base na identificação do Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (CIIP, 2002), vinculado à Universidade para a Paz das Nações Unidas: a) coletiva (quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência, como as práticas resultantes de uma guerra; b) institucional ou estatal: resultantes de instituições legitimadas para o uso da força, como os processos armamentistas; c) estrutural: é instituída dentro da estrutura social, como a desigualdade social; d) cultural: exercido de forma individual ou coletiva através da utilização da diferença para inferiorizar ou desconhecer a identidade do outro, como as discriminações de gênero ou contra o meio ambiente; e) individual: que se manifesta de um modo interpessoal, como a doméstica e contra as crianças e até o narcotráfico (CIIP 2002, p. 33 apud in BONAMIGO, 2008, p. 206).

Nesse sentido, Bonamigo (2008), não defende uma postura relativista no que diz respeito a princípios e regras que envolvam limites no processo de convivência social, mas alerta para o uso do discurso de segurança, para atrair e mobilizar as pessoas, para legitimar práticas de vigilância e controle social, que podem acabar se constituindo em estratégia de

acesso e manutenção do poder de um governo. Sinaliza ainda, a importância de “ficarmos atentos aos dispositivos de segurança, empregados para ‘combater’ as violências, e as estratégias de controle”, pois os mesmos podem mascarar práticas e discursos de exploração do sentimento de insegurança e medo, vinculados a preocupações eleitorais e à busca de autoridade (BONAMIGO, 2008, p. 210).

Para Moura (2013), é importante ressaltar, que no universo simbólico da escola, os alunos possuem consciência, do quanto, atos desse tipo podem ser maléficis nas sociabilidades dos estudantes, pois sabem que a pessoa que é ofendida não gosta das zoações. Estes significados representam que os alunos brincalhões tem noção do quanto às práticas de *bullying* podem magoar, ofender e machucar as pessoas.

A violência hoje, por si só, se caracteriza como um fenômeno biopsicossocial que se situa num tempo e num espaço. Para tanto a educação, como prática que capacita o indivíduo a viver de forma autônoma e madura na sociedade, convivendo de igual para igual com seus semelhantes, precisa deixar de ser tratada como um serviço de segunda categoria, de importância subalterna, para tornar-se um setor prioritário, pois da seriedade que for tratado e dos recursos que dispuser dependerá, em grande parte a superação dos graves desafios enfrentados pelo nosso país. (PILETTI; PILETTI, 1996, p. 234).

De acordo, com Becker (2008):

Observa-se com facilidade que diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes. Isso deveria nos alertar para a possibilidade de que a pessoa que faz o julgamento de desvio e o processo pelo qual se chega ao julgamento e à situação em que ele é feito possam estar intimamente envolvidos no fenômeno. À medida que supõem que atos infratores de regras são inerentemente desviantes, e assim deixam de prestar atenção a situações e processos de julgamento, a visão de senso comum sobre desvio e as teorias científicas que partem de suas premissas podem deixar de lado uma variável importante. Se os cientistas ignoram o caráter variável do processo de julgamento, talvez, com essa omissão, limitem os tipos de teorias que podem ser desenvolvidos e o tipo de compreensão que se pode alcançar (BECKER, 2008, p.17 apud in MOURA, 2013, p.56)

Pardo et. al (2012) constataram que, na maioria das vezes, os atos de violência e *bullying* ocorrem quando adultos responsáveis não estão por perto, portanto, estes não se encontram em posição privilegiada para identificar agressores e vítimas e atuar de forma eficiente contra a prevalência das agressões, o que leva pais e professores a subestimar a sua existência. Ainda segundo os autores, “como as vítimas, seja por medo ou vergonha, não costumam denunciar os maus tratos espontaneamente, e as testemunhas sentem-se oprimidas, o *bullying* permanece e poucas ações são efetuadas para combatê-lo”.

O professor deve ter sempre em mente a convicção de que estará trabalhando e que terá em suas mãos pessoas. Enquanto educador precisa compreender que pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento das potencialidades dessas pessoas. Professores e alunos devem ser aliados, deixando para trás a situação em que o professor é o sujeito ativo, que tudo decide e determina, e o aluno como sujeito passivo que somente obedecem sem indagações, se limitando a sofrer a ação educativa. Devem caminhar lado a lado, na mesma direção; para a construção de um saber e por consequência por um mundo melhor (PILETTI; PILETTI, 1996, p.234).

Segundo a Política de Educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola (2011) até a década de 70, o *bullying* não era entendido como violência, mas como algo que fazia parte das relações sociais e do amadurecimento da criança.

De acordo com Bellio Junior (2010a, 2010c), o *bullying* pode ser entendido como: ações repetitivas de apelidar, ofender, zoar, sacanear, humilhar, intimidar, encarnar, constranger, discriminar, amedrontar, excluir, ignorar, isolar, entre outros, ou seja, uma forma de violência que pode resultar em sérios prejuízos.

O aluno vítima do *bullying* se sente rejeitado e rebaixado, podendo desenvolver quadros de depressão, dificuldades no relacionamento e outros problemas mais sérios que podem levar ao suicídio.

Segundo Strieder (2013, p. 17) refere-se a complexidade do reconhecimento do outro, o autor argumenta que para “cada novo direito assegurado outro direito é suprimido: o direito de não ser escravizado elimina o direito de ter escravos; o direito de ser aceito como diferente elimina o direito da igualdade como homogeneizadora”. Ressalta assim, que o direito a diversidade precisa ser buscado.

A própria Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (PCSC) foi e vem sendo atualizada para tentar responder a essas demandas e tensões que são expressas, inclusive na “necessidade de uma Educação Básica que reconheça e assuma a diversidade como um princípio formativo e fundante do currículo escolar.”

De acordo com a referida Proposta Curricular o próprio conceito de diversidade está carregado de polissemia. Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo (SANTA CATARINA, 2014).

No Brasil, políticas públicas em educação vêm sendo firmadas com o intuito de reduzir as desigualdades no percurso educacional entre todos os segmentos sociais. Os

direitos civis, políticos e sociais focalizam, pois, direta ou indiretamente, o tratamento igualitário, e estão em consonância com a temática da igualdade social. Já o direito à diferença busca garantir que, em nome da igualdade, não se desconsiderem as diferenças culturais e individuais. Em decorrência, espera-se que a escola esteja atenta a essas diferenças, a fim de que em torno delas não se construam mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos (MENDONÇA, 2015).

O direito à diferença, no espaço público, significa não apenas a tolerância com o outro, aquele que é diferente de nós, mas implica a revisão do conjunto dos padrões sociais de relações na sociedade, exigindo uma mudança que afeta a todos. Isso significa que a questão da identidade e da diferença tem caráter político. O direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos de crianças, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros, que, para de fato se efetivarem, necessitam ser socialmente reconhecidos. Trata-se, portanto, de compreender como as identidades e as diferenças são construídas e que mecanismos e instituições estão implicados na construção das identidades, determinando a valorização de uns e o desprestígio de outros. É nesse contexto que emerge a defesa de uma educação multicultural (BRASIL, 2010).

Para Moura (2013), o *bullying* tem sido considerado também um problema de saúde pública, tornando-se necessária sua prevenção. A autora descreve baseada em Fante (2011) os diversos tipos de papéis envolvidos no *bullying*:

- a) Vítima típica: é o indivíduo (ou grupo de indivíduos) geralmente pouco sociável, que sofre repetidamente as consequências dos comportamentos agressivos de outros e que não dispõe de habilidades para reagir ou fazer cessar essas condutas prejudiciais, sente dificuldades de impor-se ao grupo, apresentando conduta habitual não agressiva, sendo “presa fácil” para os abusos dos agressores.
- b) Vítima provocadora: é aquela que provoca e atrai reações agressivas para si, as quais não consegue lidar com eficiência. De maneira geral é imatura, de costumes irritantes e causando tensões no ambiente onde se encontra.
- c) Vítima agressora: reproduz os maus-tratos sofridos.
- d) Agressor: o indivíduo que vitimiza os mais fracos. Possui pouca empatia. O agressor frequentemente apresenta ser mais forte que seus colegas e que suas vítimas. Sente uma grande necessidade de dominar e subjugar os outros, de se impor mediante o poder e ameaçando para conseguir aquilo que se propõe.

e) Espectador: é aquele que presencia o *bullying*, mas não o sofre na prática. Pode-se dizer que representa a grande maioria dos alunos que preferem adotar a lei do silêncio por medo de ser a próxima vítima. Muitos se sentem inseguros e incomodados (MOURA, 2013, p.18-19)

Segundo Fante (2011), *bullying* é uma palavra de origem inglesa, que vem sendo adotada em muitos países para definir a vontade consciente e deliberada de maltratar uma pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua também os comportamentos agressivos e antissociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar. Dessa forma, a definição de *bullying* é compreendida como um subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizado por sua natureza repetitiva e por desequilíbrio de poder.

Para Tognetta e Vinha (2010) as formas de ataque mais percebidas no cotidiano da escola não são em sua maioria materialmente explicitadas: são formas sutis de violência moral.

Assim, a escola pode ser um campo de intervenções em promoção e proteção de crianças e adolescentes, bem como para suas famílias. São inúmeras as possibilidades de intervenção neste campo, que podem promover a qualidade de vida dos sujeitos. Por meio de experiências vivenciadas e internalizadas. Bem como, aprendizagens evoluídas através da informação e orientação (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014. p. 16-17).

Entretanto, pouco tem se aproveitado desta Política Pública para a Promoção na formação humana do sujeito. Desde sua origem, há muitos séculos, poucos foram seus avanços no sentido de se pensar estratégias diferentes de se fazer educação.

A escola precisa ser uma ponte para o sucesso na vida de todos os alunos independente de suas limitações. Uma vez que, as pessoas são muito mais importantes, que o aprendizado. Assim, vale compreender o que cada aluno de fato, terá possibilidade de usar aquilo que consegue aprender.

O trabalho de proteção nas escolas necessita de um olhar diferenciado para suas diversidades. Para isso, é necessário e indispensável o trabalho em equipe multidisciplinar. E porque não dizer, interdisciplinar, incluindo Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Educador Físico, Psicopedagogo, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudiólogo, entre outras áreas. Para isso, torna-se um desafio que os profissionais de diferentes áreas estejam embasados na sua área de conhecimento, mas que também possam estarem disponíveis a conhecer as áreas dos profissionais da equipe.

Entretanto, pretendemos intervir para que possamos semear a democracia na escola, tornando um espaço, mais sociável e saudável, transformando-o de fato em um local de

proteção de direitos para todos. Compreendemos que é um grande desafio, desconstruir um processo que perdura por muitos séculos, mas acreditamos no poder das pequenas ações realizadas de forma coletiva, para iniciar os processos de mudanças nas escolas.

Muitas são as formas pelas quais a violência se manifesta nas relações sociais, na escola e família. No entanto, toda escola deve ser um mecanismo mediador entre escola-comunidade, não devendo desistir dos seus alunos. Construindo desta forma com os pais e lideranças comunitárias processos educacionais de modo a se envolverem com todo o processo. Porque com esforços de todos, é que se conseguirão nesse contexto, homens que se firmam como sujeitos capazes de pensar, sentir e interagir, formando assim sua personalidade e se preparando para o papel que lhe cabe desempenhar na sociedade.

Ressalta-se que, a intervenção no meio escolar se faz necessário ao compreendermos o nosso compromisso ético-político com os estudantes, uma vez que percebemos a escola não somente como um espaço voltado para o processo de ensino-aprendizado, mas também um local de transformação social. Ao planejarmos o trabalho educativo afirmamos que a formação das crianças e adolescentes são resultados das suas escolhas, mas também da sua interação social, neste caso, o cotidiano escolar e suas relações.

Relacionar as diferentes manifestações e possíveis características dos papéis vivenciados no *bullying* é relevante, no sentido de identificação precoce de situações em que o aparecimento dessa violência pode ocorrer.

O ENSINO MÉDIO: CONTEXTOS DA PESQUISA

A educação básica como conceito, inaugurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), estimulou a promulgação de um conjunto de Diretrizes e Resoluções, com o intuito de tornar esse direito acessível à população.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica estabelecem:

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção ‘transgressora’, porque

rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional (BRASIL, 2013, p. 25).

A concepção da Educação Básica como direito vem acompanhada de duas outras dimensões, imprescindíveis para sua realização: a ideia de uma educação comum e a ideia do respeito à diferença. O conceito de comum se associa à noção de universal, coadunando com a perspectiva dos aprendizados de saberes válidos para toda e qualquer pessoa, na esteira da noção de patrimônio cultural que merece ser partilhado.

O Ensino Médio tornou-se obrigatório apenas em 2009, etapa final da educação básica, instituído pela Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009. Com a obrigatoriedade, programas de apoio ao estudante e à escola, existentes apenas para o Ensino Fundamental, expandiram-se também para o Ensino Médio.

Moraes et al. (2013), argumenta que no Brasil, o Ensino Médio é ofertado de quatro formas: Regular, Normal/Magistério, Integrada à Educação Profissional (Integrado) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na década de 1990, o Brasil teve uma importante expansão da matrícula do ensino médio nas escolas públicas, tendência que sofreu vários altos e baixos nos anos seguintes. Em 2004, o país registrou o maior aumento de matrícula, chegando a 9.169 milhões de alunos matriculados, mas, a partir de 2004 houve uma tendência ao declínio da expansão do ensino médio que não logrou se recuperar, ainda que a partir de 2008 tenha registrado uma pequena retomada do crescimento, chegou a 2011 com 8.4 milhões de alunos matriculados que pode ser interpretada como resposta a implantação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Mas voltou a cair em 2012 (Krawczyk, 2013)

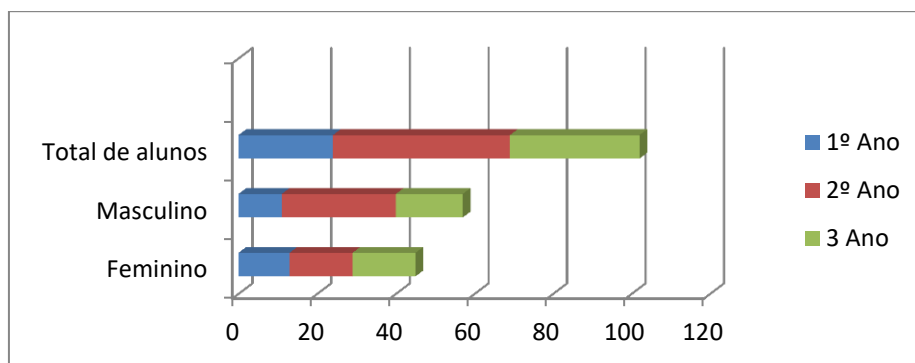
Segundo Casonatto (2017), esta etapa é marcada por um dualismo, “escola para a elite diferenciada da escola para as massas. Para a primeira, destina-se um ensino propedêutico, uma preparação para o Ensino Superior; enquanto a segunda é profissionalizante, uma preparação para o trabalho” (CASONATTO, 2017, p. 51).

O projeto de intervenção foi pensado para uma Escola de Educação Básica, situada no município de Ponte Serrada, para turmas de Ensino Médio Noturno, um total de 102 alunos.

O que se observa na realidade escolar é um número acentuado de alunos trabalhadores no primeiro ano de 13 alunas (6 são trabalhadoras) dos 11 alunos (5 são trabalhadores). No segundo ano o número de alunas é de 16 (8 são trabalhadoras) dos 29 alunos (24 são trabalhadores). Já no terceiro ano das 16 alunas, 11 são trabalhadoras e dos 17 alunos, 16

trabalham. Dos alunos 102 alunos 74 são trabalhadores (de período integral ou meio período) que estudam no período noturno. Segundo o PPP (2018) da escola pesquisada 14% do total de alunos da escola são trabalhadores.

Gráfico 1: Número de alunos do Ensino Médio Noturno



Fonte: A autora (2018)

No gráfico pode-se observar a prevalência de alunos do sexo masculino (57 alunos). As turmas com maior número de alunos são os segundos anos, sendo que alguns destes são repetentes.

Braga (2018) em pesquisa mapeou causas da evasão na escola, segundo professores e alunos, elencando como: necessidade de trabalho; questões relacionadas a gênero (gravidez, casamento, filhos); conflitos na comunidade/juventude (violência, drogas, preconceito, escola como local de passeio); conflitos na relação professor/aluno, aluno/aluno, aluno/escola; fracasso escolar: aulas/avaliação desmotivadora;

Segundo Carrano (2013), grande parte dos alunos que frequenta o Ensino Médio em nossas escolas públicas encontra-se em situação de pobreza, e trabalham para garantir ou colaborar com o sustento da família, assim, escola e trabalho constituem seu cotidiano.

Para Casonatto (2017, p.77) a escola prioriza mais a adaptação do que a própria emancipação, trabalhando em uma perspectiva da semelhança e buscando padronizar as diferenças, assim, para pensar em uma perspectiva de Formação Humana Integral, faz-se necessária a ruptura, a desconstrução desse modelo de escola.

Segundo o PPP da escola pesquisada são atendidos 792 alunos, distribuídos em 30 turmas, sendo 19 turmas de 1º à 9º ano do Ensino Fundamental e, 04 turmas do Ensino Médio Inovador, 06 turmas do Ensino Médio Regular, 01 de Habilitação para o Magistério Séries Iniciais e Educação Infantil. Os alunos residem na zona urbana e na zona rural de nosso

município, sendo que 82.90% moram na zona urbana e 16% moram na zona rural. As turmas são heterogêneas, segundo autodeclaração de Etnia 52% declararam-se brancos, 2% declararam-se negros, 21% pardos e 12% não declararam etnia (PPP, 2018).

Arroyo (2013) discorre que há diferentes relações de dicotomia e hierarquização presente nos currículos que dividem conhecimentos em um núcleo comum e diversificado, que a atuação docente impele os profissionais muitas vezes a reprodução de dicotomias e inferiorizações, pela falta de reconhecimento do trabalho humano como princípio educativo. Enfatiza o papel da escola e do professor, na superação de imagens idealizadas da infância, trabalho, do aluno “genérico” para observar o aluno real. Bem como, a necessidade de perceber que um currículo hierarquizado, gradeado, voltado ao desenvolvimento de competências atende a lógica do mercado de trabalho.

Estamos em um momento extremamente delicado. De um lado se exalta a sociedade do conhecimento das ciências e seu papel determinante acelerador da produção de riqueza. Mas de outro lado se expatria o conhecimento e as ciências da educação básica reduzindo os aprendizados ao domínio de competências úteis, elementaríssimas. Esse expatriar os conhecimentos das escolas leva a destruição das identidades docentes como profissionais do conhecimento. (ARROYO, 2013, p. 109)

Para Strieder (2013, p. 178) “A dignidade humana se efetiva por meio de convivências consensuais porque fundamentadas na autoaceitação e aceitação mútua”. O autor exalta a importância da convivência da proximidade, embasada no autorrespeito e respeito ao outro, vivenciado de forma espontânea.

A escola precisa contribuir com o funcionamento democrático de uma sociedade, não apenas elevando o nível de instrução dos indivíduos, como também os preparando para participar ativamente de uma vida social. A educação em direitos humanos se coloca como instrumento pedagógico para a vivência do respeito a todos (as) indistintamente, chamando-nos a participar desta obra por meio da valorização de cada um (a), de suas visões de mundo, de seus valores e de sua cultura (MENDONÇA, 2015, p. 39).

Outro aspecto, observado na pesquisa é o apresentado por Tognetta e Vinha (2010) de que é possível inferir que educadores (em especial aqueles que atuam em instituições públicas), pouco sabem sobre formas de intervenção aos problemas de violência que assolam a escola, o que confirma a urgência de propostas que trabalhem a ética como um olhar ao outro que supere as diferenças.

O conhecimento requer o comprometimento com a transformação da realidade, nesse sentido, a pesquisa prevê a apresentação de uma proposta de intervenção com diferentes atividades, a ser entregue a direção da referida escola de Ensino Médio.

AS POSSIBILIDADES DA ESCOLA NA INTERVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

O combate às práticas de *bullying* e a violência e suas manifestações no ambiente escolar, requerem um processo de conhecimento e oportunização de espaços para dialogar a diversidade, o multiculturalismo e os próprios direitos dos alunos.

O professor como mediador do conhecimento historicamente produzido, tem influente papel, pode motivar e apoiar os alunos, mostrando a eles que existem alternativas, que o mundo pode ser melhor e que nossas famílias podem ter uma vida melhor, baseada nos valores e princípios e com uma educação de qualidade.

Instigar essa interação entre escola e sociedade exige a construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) voltados à diversidade e que promovam as relações interpessoais, permitindo que cada aluno perceba o colega como um ser humano, diferentemente de sua cor, religião, orientação sexual, etc. Observa-se a importância de um bom planejamento nas escolas, com professores capacitados, com escolas inovadoras, respeitando suas necessidades e particularidades.

O Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada está embasado na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, que entende o ser humano como um ser histórico que se constrói através de suas relações com o mundo natural e social e a sociedade humana como uma totalidade em constante transformação, dinâmica e contraditória, que precisa ser compreendida como processo em desenvolvimento pela Formação Integral (PPP, 2018, p.36).

Desse processo advém o conhecimento autônomo, crítico e reflexivo. Esse conhecimento construído implica em constante ressignificação da realidade, onde reconhece a relação dialógica de sujeito e mundo, e é exatamente aí que se desenvolve a capacidade de construção da autonomia como verdadeiro processo de aprendizagem.

Em termos de aporte teórico-epistemológico, a perspectiva histórico-cultural oferece um arcabouço dos mais amplos para a compreensão da Formação Integral e para a reflexão sobre ela. O ponto de partida é sujeito na/da formação, compreendido como ser social e histórico de direito

subjetivo à aprendizagem e ao desenvolvimento em sua concepção ampla. Sujeito que, nas experiências de vida e nas relações com outros sujeitos, com a natureza e com as estruturas e instituições sociais, faz apropriações de mundo mediadas por diferentes linguagens. (SANTA CATARINA, p. 26, 2014).

Considerando a citação acima, entendemos a nossa ação educativa como um processo coletivo que envolve toda a comunidade escolar e que deve se organizar na perspectiva da Educação Integral e embasar-se nos princípios a seguir e alguns citados pela Proposta Curricular de Santa Catarina:

1 - A escola terá que ser o veículo de educação crítica, atuante, politizadora, que possibilite ao indivíduo seu crescimento como ser humano e sua integração consciente e atuando na comunidade onde vive;

2 – Superação do etapismo no percurso formativo.

3 – Promoção do diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, sem deixar de considerar as especificidades da área e dos componentes curriculares.

4 – Escolhas teórico-metodológicas, de conhecimento e de experiências significativas para compor o percurso formativo e que mobilizem os sujeitos para a aprendizagem.

5 – Reconhecimento da diversidade de identidades e de saberes como condição político pedagógica para o desenvolvimento da Educação Básica.

6 – Ampliação de espaços de autonomia intelectual e política dos sujeitos envolvidos nos percursos formativos.

7 – Exploração das interfaces entre os saberes, dos entre-lugares, das redes, das coletividades como lócus geradores de conhecimento.

8 – Democratização da gestão dos processos educativos pela valorização e fortalecimento do trabalho coletivo.

9 - Promover a inclusão da pessoa com deficiência e o respeito às diversidades, contribuindo para a eliminação das barreiras arquitetônicas, de comunicação, de socialização, de relacionamento e interação, oportunizando a permanência destes alunos no sistema regular de ensino (PPP, 2018)

Nesta perspectiva de Formação Integral devemos primar pela articulação das diferentes áreas do conhecimento, pois estas contribuirão na formação mais completa dos sujeitos na medida em que sugerem a organização de trabalhos pedagógicos nos quais diferentes componentes curriculares possam dialogar e compartilhar conhecimentos. (SANTA CATARINA, 2014).

Entre as abordagens que podem ser realizadas nas escolas estão às atividades individuais e coletivas, palestras, seminários, brincadeiras, gincanas e projetos. Todos com o objetivo de informar e aproximar os alunos para melhorar a convivência, a interação e o respeito a opinião e a cultura do outro. Destacar a importância e os benefícios dos trabalhos em equipe, frisar a aceitação do outro como ele realmente é, com suas diferenças, quer sejam elas de raça, sexo, cor, crenças, etc, e o mais importante evitar punições severas ao agressor, pois isso pode desencadear quadros mais sérios de *bullying*. (BELLIO JUNIOR, 2010)

Uma opção a ser apresentada é a discussão do tema por meio de dinâmicas de grupos, brincadeiras, palestras e seminários. Nestas atividades, surgem oportunidades para o diálogo, trocas de experiências, reflexões sobre a relação entre alunos/alunos e alunos/professores e necessárias para uma convivência agradável.

Sugere-se a utilização de filmes e documentários, para promover tanto o sentimento de empatia, quanto a própria reflexão crítica a respeito de problemáticas que a ficção pode favorecer a compreensão.

A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (2014) relaciona o trabalho com crianças e adolescentes nas escolas, desenvolvido pelos NEPRE⁴s, tem como foco primordial a prevenção e a orientação, tendo a diversidade como princípio formativo requer minimizar as vulnerabilidades a que estão expostos, com base no respeito à diversidade sexual, de gênero, às etnias, às religiões, às culturas, evitando toda forma de preconceito, de violência, de relações de poder, que viole os direitos humanos.

Por isso, a importância de analisarmos como o *bullying* está sendo trabalhado em nossas escolas, de que forma, quem são os envolvidos, como prevenir e como combater, ciente que no mundo em que vivemos hoje, vários alunos sofrem algum tipo de violência mascarada na forma de “brincadeira”.

Realizar práticas diferenciadas e promover o combate às diversas manifestações de violência requer o debate e a valorização da diversidade humana em suas manifestações em diferentes ambientes. A transformação da escola em um ambiente positivo, bem como o estabelecimento claro de punições para os alunos que se caracterizam como agressores.

Outra possibilidade apresentada é o estabelecimento de parceria com as redes municipais (especialmente a de Saúde e Assistência Social) e conselhos municipais (Direitos Criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, entre outros), Ministério Público, Conselho Tutelar para por meio da articulação em rede, promover palestras de prevenção e

⁴ Núcleos de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências (SANTA CATARINA, 2011)

orientação, bem como o rápido apoio as vítimas, procurando evitar que as manifestações de violência possam se tornar mais graves.

A perspectiva de um trabalho interdisciplinar sobre a temática também é sugerida, visto que ao observar-se no contexto escolar esse fenômeno pode ser abordado pelas diferentes áreas do conhecimento.

Béllio Junior (2010c), em sua obra sugere a identificação da vítima e do agressor e algumas estratégias para a transformação do ambiente escolar, propondo uma abordagem sistêmica. Dentre as quais, ressalta-se: uma mudança de cultura, pela promoção de programas de convívio harmônico e de paz social, dando ênfase as diferenças étnicas e culturais; ações de coleta de informações para identificação de sintomas e quebra do silêncio, bem como reuniões constantes; ações de punições ao agressor até medidas socioeducativas, por meio de um programa de prevenção e redução do comportamento agressivo.

Para o autor, “é imprescindível o estabelecimento de parcerias com Conselhos Tutelares, Delegacias da Criança e do Adolescente, Promotorias Públicas, Varas da infância e Juventude e os organismos educacionais da sua região” (BELLIO JUNIOR, 2010, p. 28).

Em algumas pesquisas como a de Pardo et. al. (2012) ressalta-se que: “as chances de sucesso em projetos de intervenção em escolas aumentam com um diagnóstico preciso da situação, em que sejam consideradas variáveis ambientais, socioeconômicas, familiares e comportamentais relacionadas a todos os alunos envolvidos”. Para os autores, as estratégias de combate devem envolver professores, funcionários, pais e alunos, de modo que a participação de todos assegure estabelecer normas, diretrizes e ações coerentes.

É importante que a escola, espaço de educação formal e de transformações sociais e coletivas, promova a construção de novas reflexões, atitudes, valores e mudanças culturais e sociais (SANTA CATARINA, 2014).

As sugestões de ações visam promover vivências, debates, explicitar valores fundamentais de respeito mútuo, solidariedade e diálogo, sem a pretensão de esgotar as proposições e ciente das suas limitações, este estudo não teve a pretensão de esgotar as discussões sobre o *bullying* e sim de contribuir para dar-lhe visibilidade a problemática, visto que cada situação é única, e que as estratégias a serem desenvolvidas devem considerar sempre as características e contexto de ocorrência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço escolar é um lugar de convivência humana, um lugar de interação e socialização de saberes e conhecimentos, de encontros e descobertas, cumpre seu papel avaliando a difusão dos conhecimentos, no desenvolvimento da pessoa humana e na formação para a cidadania. É imperioso garantir que os alunos aprendam a conviver, durante o processo de ensino e aprendizagem, onde cada sujeito é dotado de direitos e deveres, uma vez que todos fazem parte da sociedade.

Discorrer sobre a importância que a educação adquire na vida de nossos alunos, com a possibilidade de produção de conhecimentos, de informação e de formação de valores é lutar para a constituição de uma sociedade mais humana.

O aprofundamento teórico a respeito da problemática é imprescindível para a proposição de medidas e intervenções que possam melhorar as relações e minimizar a ocorrência do *bullying*, colaborando para a transformação da realidade vivenciada.

Muitas são as formas pelas quais as violências se manifestam nas relações sociais, na escola e na família. No entanto, toda escola deve ser um mecanismo mediador entre escola-comunidade, não devendo desistir dos seus alunos. Ela pode construir, desta forma, com os pais e lideranças comunitárias processos educacionais de modo a se desenvolverem com todo o processo. Entende-se que, com esforços de todos se conseguira nesse contexto, formar homens e mulheres que se firmem como sujeitos capazes de pensar, sentir e interagir, contribuindo com a formação de sua personalidade e se preparando para o papel que lhe caberá desempenhar na sociedade.

A compreensão e defesa dos direitos humanos, a articulação das diferentes políticas públicas, a mobilização social em redes que atuem preventivamente em diferentes problemáticas, para informar e promover conhecimento podem constituir-se em importante ferramenta para atuarmos no combate as diferentes manifestações de violência. Dado que, a complexidade dessas questões exigem mais que ações e boas intenções, exigem conhecimento para que possamos evitar as manipulações, distorções e comportamentos discriminatórios e de quaisquer tipo de violências.

Não há fórmulas mágicas, pois cada realidade é única, mas o interesse e a busca pela constituição de uma nova realidade, embasada no respeito à diversidade e ao outro, à empatia e à alteridade são pressupostos para a formação de uma sociedade com menos violência e processos de exclusão desde a escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em disputa**. 5ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **Curso de especialização educação, pobreza, desigualdade social: pobreza, desigualdade e educação**. Brasília, DF: MEC, 2015.

_____. **Pobreza e currículo: uma complexa articulação**. 2015.

BELLIO JUNIOR, Mario Enzo. **Bullying: o que é isso?: vamos enfrentar com amor**; Livro do Aluno. Curitiba, Divulgação Cultural, 2010a.

_____. **Bullying: o que tem a ver com a minha família?: a conversa pode ajudar a resolver**; Livro dos pais. Curitiba, Divulgação Cultural, 2010b.

_____. **Bullying: o que é isso?: vamos enfrentar com amor**; Livro do Professor. Curitiba, Divulgação Cultural, 2010c.

BRAGA, Lucilia Margareth Gadens. **Ensino médio noturno: cenário de evasão e de exclusão**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1921-8.pdf> Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitos-humanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanos-diretrizes-nacionais>>. Acesso em: 10 Nov. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2013.

BONAMIGO, Irme Salete. **Violências e Contemporaneidade**. In: **Revista Katál**. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213 jul./dez, 2008.

CARRANO, Paulo. **Um "novo" ensino médio é imposto aos jovens no Brasil**. **Anped**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/um-novo-ensino-medio-e-imposto-aos-jovens-no-brasil> Acesso em: 10 nov. 2018.

CASONATTO, Suséli. **Pacto Nacional pelo fortalecimento do ensino médio e formação continuada: uma intervenção a partir da percepção docente**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artemed, 2014.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas, SP: Verus Editora, 2011.

KRAWCZYK, Nora. **Políticas para Ensino Médio e seu potencial inclusivo**. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO Disponível no site: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_05_norakrawcyk_gt05.pdf Acesso em: 19 nov.2018.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Curso de especialização educação, pobreza e desigualdade social: pobreza, direitos humanos, justiça e educação.** Brasília, DF: 2015.

MOURA, Eliane Damasceno. **Bullying: representações e práticas dos alunos.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2013.

PARDO, Inês Maria Crespo Gutierrez [et. al.] A escola é um lugar seguro? Prevalência de em uma amostra de estudantes de ensino médio público de Sorocaba. In: Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/8983> Acesso em: 19 nov.2018.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 1996.

SANTA CATARINA, **Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências nas escolas.** Florianópolis, 2011.

_____, **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 2014.

STRIEDER, Roque. **Nas dobras e endobras da educação inclusiva: da igualdade para a convivência com os diferentes.** Joaçaba: Editora Unoesc, 2013.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. VINHA, Telma Pileggi. Até quando? Bullying na escola que prega a inclusão social. In: **Revista de Educação.** Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 449-464, set./dez. 2010 Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2354/1422> Acesso em: 19 nov.2018